

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017.**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

QUADRO I	Balanço patrimonial
QUADRO II	Demonstração do resultado do exercício
QUADRO III	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
QUADRO IV	Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores(as) e Conselheiros(as) da
Associação Unificada de Recuperação e Apoio - AURA
Belo Horizonte - MG

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Convênio celebrado com o Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado de Saúde

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa 15 (c) às demonstrações financeiras, que menciona que a Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA celebrou o Convênio 558/2010 com o Estado de Minas Gerais por meio da SEDESE – Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, cujo objeto é a transferência de recursos públicos da Administração Pública Estadual para Construção da nova Casa de Apoio da Entidade. O valor do referido Convênio perfaz o montante de R\$ 2.000.000.

A prestação de contas do Convênio foi realizada no exercício de 2016 e está sob análise da SEDESE, que realizou questionamentos e solicitou informações adicionais na prestação de contas. A administração entende que foram atendidos em quase sua totalidade os requisitos para aquisição das compras para a obra, e conseqüentemente estimou valor de provável devolução àquela Secretaria devidamente contabilizada. Entretanto ainda não é possível quantificar o montante que porventura venha a ser questionado e conseqüentemente requerida a devolução desses recursos e sendo assim não é possível formar juízo se a provisão para devolução de recurso é suficiente ou não.

A solução desta questão está na dependência da análise conclusiva da Prestação de Contas pela SEDESE. A administração afirma não ter ciência do resultado desta análise até a data de emissão deste relatório.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório emitido em 14 de março de 2018, continha ênfase relacionado ao mesmo assunto citado no parágrafo anterior.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO – AURA

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de março de 2019



Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4
OMNO Auditores Independentes
CRC MG 008645/O

QUADRO I

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	315.566	285.027
Adiantamentos	5	8.512	48.159
Tributos a recuperar / compensar	6	9.002	8.872
Depósitos judiciais	7	-	8.960
Total do ativo circulante		333.080	351.018
Não Circulante			
Propriedades para investimento	8	6.310.000	6.310.000
Imobilizado	9	5.074.261	5.277.663
Total do ativo não circulante		11.384.261	11.587.663
Total do ativo		11.717.341	11.938.681

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QUADRO I (Continuação)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	41.495	135.046
Salários e encargos sociais	12	385.284	361.935
Impostos a recolher	13	18.131	18.859
Parcelamentos	14	32.753	32.753
Outras contas a pagar		-	67.042
Total do passivo circulante		477.663	615.635
Não Circulante			
Empréstimos com pessoas ligadas	11	1.644.004	1.571.360
Parcelamentos	14	129.767	162.519
Provisão para contingências	15	118.500	-
Total do passivo circulante		1.892.271	1.733.879
Patrimônio Social			
Fundo Patrimonial	16.a	6.329.167	6.030.515
Reserva de doações	16.b	3.260.000	3.260.000
Superávit (Déficit) Acumulado		(241.760)	298.652
Total do patrimônio Social		9.347.407	9.589.167
Total do passivo		11.717.341	11.938.681

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QUADRO II

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E
2017
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida	17	3.208.435	3.339.480
Custo dos serviços prestados	18	<u>(1.937.950)</u>	<u>(1.760.367)</u>
Superávit Bruto		1.270.485	1.579.113
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(1.321.716)	(903.815)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(104.543)</u>	<u>(279.087)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(155.774)	396.211
Receitas financeiras		7.863	28.075
Despesas financeiras		<u>(93.849)</u>	<u>(125.634)</u>
Resultado financeiro líquido		(85.986)	(97.559)
Superávit (Deficit) do exercício		<u>(241.760)</u>	<u>298.652</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QUADRO III

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajustes de avaliações patrimoniais</u>	<u>Superávit (Deficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>5.377.376</u>	<u>3.260.000</u>	<u>653.139</u>	<u>9.290.515</u>
Redução do patrimônio social	653.139	-	(653.139)	-
Superávit do exercício	-	-	298.652	298.652
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>6.030.515</u>	<u>3.260.000</u>	<u>298.652</u>	<u>9.589.167</u>
Incorporação ao patrimônio social	298.652	-	(298.652)	-
Déficit do exercício	-	-	(241.760)	(241.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>6.329.167</u>	<u>3.260.000</u>	<u>(241.760)</u>	<u>9.347.407</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividade operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	(241.760)	298.652
Depreciação e Amortização	266.419	232.634
Provisão de juros sobre empréstimos	72.644	103.691
Provisão de devolução de convênio	118.500	-
Resultado ajustado	215.803	634.977
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamento a fornecedores	39.647	234.265
Tributos a recuperar	(130)	(3.162)
Outros créditos	8.960	(8.960)
Fornecedores	(93.551)	106.002
Impostos a recolher	(728)	3.837
Salários e obrigações sociais	23.349	110.187
Parcelamentos	(32.752)	(35.031)
Outras contas a pagar	(67.042)	5.131
	(122.247)	412.269
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	93.556	1.047.246
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(63.017)	(1.068.479)
Baixa de imobilizado	-	10.773
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(63.017)	(1.057.706)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos com pessoas ligadas	-	(165.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	(165.000)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	30.539	(175.460)
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
No início do exercício	285.027	460.487
No fim do exercício	315.566	285.027
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	30.539	(175.460)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA (“Associação”) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada no ano de 1998 e qualificada como entidade com título de utilidade pública em âmbito municipal, estadual e federal. A Associação possui registro e certificado de entidade beneficente de assistência social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

A Associação tem como objetivo global a assistência na recuperação e apoio a crianças e adolescentes portadores de câncer e seus familiares, acolhendo-os 24 horas, prestando-lhes todo o serviço de hospedagem e suporte terapêutico.

Na realização de seus projetos mantém parcerias com governos municipais, empresas privadas e com a sociedade civil organizada através de doações.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis emanados do Conselho Federal de Contabilidade ITG 2002/2012 – entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pela Resolução CFC 1.409/2012 e alterações posteriores do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo no que aplicável às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07.

2.2 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional definida pela administração da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas na casa dos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de fevereiro de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes.

b. Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados aos valores de custo ou realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c. Propriedade para Investimento

A propriedade para investimento é mantida para valorização e são mensuradas ao valor justo. O valor justo da propriedade para investimento, foi apurado por meio de Laudo de Avaliação por perito independente, com base nas avaliações de mercado.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação, quando aplicável. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica desses bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

e. Empréstimos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

f. Provisões

Uma provisão é constituída, em função de evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

h. Resultado

As receitas e as despesas são registradas conforme o período de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

i. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Entidade, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras, são incluídas diversas estimativas referentes a ajustes a valor presente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, para calcular projeções a fim de determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	13.372	12.303
Bancos	16	599
Aplicações financeiras (a)	302.178	272.125
	<u>315.566</u>	<u>285.027</u>

a) As aplicações financeiras são consideradas como equivalente de caixa por serem de liquidez imediata e não apresentam risco de perda de valor significativo no momento de seu resgate.

5. ADIANTAMENTOS

A posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estava assim representada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamentos a fornecedores	-	35.768
Adiantamentos a funcionários (a)	8.512	12.391
	<u>8.512</u>	<u>48.159</u>

(a) Refere-se saldo de adiantamento de férias aos funcionários.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR/ COMPENSAR

Os saldos de tributos a compensar estão assim compostos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	<u>9.002</u>	<u>8.872</u>
	<u>9.002</u>	<u>8.872</u>

7. DEPOSITOS JUDICIAIS

Os saldos de depósitos judiciais correspondem a um depósito recursal de natureza trabalhista contra a Entidade. No exercício de 2018 houve o julgamento do pleito a favor da Associação Unificada de Recuperação e Apoio:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos judiciais	<u>-</u>	<u>8.960</u>
	<u>-</u>	<u>8.960</u>

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Em 17 de abril de 2001 a Prefeitura Municipal de Juatuba – MG doou terreno para a Entidade cujo objeto era exclusivamente a construção de um hospital voltado para o tratamento de crianças portadoras de câncer, denominado *Hospital do Câncer Infantil de Minas Gerais*, conforme Lei nº 436, de 5 de janeiro de 2001.

Com a construção do hospital em andamento a Prefeitura Municipal de Juatuba – MG entendeu que a Entidade não atendeu os prazos acordados para conclusão da obra e início das atividades e impetrou com o processo nº 0171969-48.2007.8.13.0407 cujo objetivo era reaver o terreno doado à entidade.

Por decisão judicial de abril de 2014, foi desmembrado o terreno, sendo dividido em glebas, ficando parte para a entidade e parte para a prefeitura de Juatuba – MG. Assim, à entidade tomou posse do terreno e da construção que estava sendo construída. Ainda no exercício de 2014, por decisão dos conselheiros em assembleia geral, foi definido a futura negociação do terreno e suas respectivas edificações.

Esta propriedade para investimento foi avaliada pelo seu valor justo conforme Laudo de Avaliação Patrimonial realizado por perito independente, conforme premissas de mercado.

A administração entende que não houve indícios de qualquer alteração do valor de mercado do terreno e edificações em comparação com 2017.

Os saldos referentes a propriedades para investimento estão assim compostos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Terreno Gleba 04 - A1	1.224.308	1.224.308
Terreno Gleba 04 - A2	2.175.692	2.175.692
Edificações	2.910.000	2.910.000
	<u>6.310.000</u>	<u>6.310.000</u>

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Entidade e está demonstrado como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
Móveis e Utensílios	10% a.a.	426.278	-	32.367	458.645
Veículos	20% a.a.	214.151	-	-	214.151
Computadores e periféricos	20% a.a.	115.506	-	-	115.506
Máquinas e equipamentos	20% a.a.	67.452	-	30.649	98.101
Edificações	25% a.a.	5.120.024	-	-	5.120.024
Outras Imobilizações	10% a.a.	5.848	-	-	5.848
		<u>5.949.259</u>	<u>-</u>	<u>63.016</u>	<u>6.012.275</u>
(-) Deprec. Móveis e Utensílios		(177.919)	-	(43.753)	(221.672)
(-) Deprec. Veículos		(164.000)	-	(10.030)	(174.030)
(-) Deprec. Computadores		(115.968)	462	-	(115.506)
(-) Deprec. Máquinas e equipamentos		(35.929)	-	(7.498)	(43.427)
(-) Deprec. Outras Imobilizações		(4.678)	-	(798)	(5.476)
(-) Deprec. Edificações		(173.102)	-	(204.801)	(377.903)
		<u>(671.596)</u>	<u>462</u>	<u>(266.880)</u>	<u>(938.014)</u>
		<u>5.277.663</u>	<u>462</u>	<u>(203.864)</u>	<u>5.074.261</u>

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO – AURA

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
Móveis e Utensílios	10% a.a.	398.963	-	27.315	-	426.278
Veículos	20% a.a.	164.000	-	50.151	-	214.151
Computadores e periféricos	20% a.a.	113.048	(658)	3.117	-	115.507
Máquinas e equipamentos	20% a.a.	63.677	-	3.775	-	67.452
Edificações	25% a.a.	-	-	984.121	4.135.903	5.120.024
Imobilizado em andamento	-	4.146.018	(10.115)	-	(4.135.903)	-
Outras Imobilizações	10% a.a.	5.848	-	-	-	5.848
		4.891.553	(10.773)	1.068.479	-	5.949.259
(-) Deprec. Móveis e Utensílios		(137.034)	-	(40.885)	-	(177.919)
(-) Deprec. Veículos		(164.000)	-	-	-	(164.000)
(-) Deprec. Computadores		(104.509)	-	(11.459)	-	(115.968)
(-) Deprec. Máquinas e equipamentos		(29.326)	-	(6.603)	-	(35.929)
(-) Deprec. Outras Imobilizações		(4.093)	-	(585)	-	(4.678)
(-) Deprec. Edificações		-	-	(173.102)	-	(173.102)
		(438.962)	-	(232.634)	-	(671.596)
		4.452.591	(10.773)	835.845	-	5.277.663

10. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores de serviços administrativos	3.341	17.948
Fornecedores de serviços publicitários	27.885	38.255
Fornecedores de máquinas, veículos	8.227	50.151
Fornecedores de materiais e serviços para construção	2.042	28.692
	41.495	135.046

As obrigações com fornecedores são decorrentes basicamente do fornecimento de serviços necessários às atividades da Entidade.

11. EMPRÉSTIMOS COM PESSOAS LIGADAS

Os empréstimos junto a pessoas ligadas apresentam os seguintes saldos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
José Gustavo de Mattos Gatti	1.510.450	1.443.709
Luiz Antonio de Senna Lima	133.554	127.651
	<u>1.644.004</u>	<u>1.571.360</u>

Refere-se a captação de recursos de empréstimos junto a conselheiros da entidade. Estes empréstimos são atualizados pela variação de indicadores equivalentes à rentabilidade da poupança do período.

12. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Os saldos de obrigações trabalhistas estão assim representados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários a pagar	159.826	148.022
Provisões para férias e 13º salário	199.796	192.720
Encargos sobre a folha de pagamento	25.662	21.193
Total de salários e encargos	<u>385.284</u>	<u>361.935</u>

13. IMPOSTOS A RECOLHER

Essas obrigações referem-se basicamente às retenções tributárias de serviços prestados à Entidade e podem ser assim resumidas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF	6.513	6.547
PIS	2.454	2.037
ISS	592	1.392
Outros tributos	8.572	8.883
Total	<u>18.131</u>	<u>18.859</u>

14. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

Os saldos dos parcelamentos estão compostos conforme demonstramos a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Parcelamento INSS (a)	6.868	13.206
Parcelamento Refis cod 4720 (b)	54.475	64.088
Parcelamento Refis cod 4737 (c)	85.474	92.853
Parcelamento Refis cod 4750 (d)	15.703	25.125
	<u>162.520</u>	<u>195.272</u>
Passivo Circulante	32.753	32.753
Passivo Não Circulante	129.767	162.519
	<u>162.520</u>	<u>195.272</u>

- a) Parcelamento realizado em 26/02/2015 junto a Receita Federal em 60 parcelas, restando 13 parcelas a serem liquidadas, sendo as mesmas atualizadas pela SELIC.
- b) Parcelamento realizado em 25/08/2014 junto a Receita Federal referente a débitos previdenciários – PGFN lei 12.996/2014 e consolidado em 12/07/2016 em 98 parcelas, restando 38 parcelas a serem liquidadas, sendo as mesmas atualizadas pela SELIC.
- c) Parcelamento realizado em 25/08/2014 junto a Receita Federal referente à Receita divida Ativa com PIS, IRRF pessoa física e jurídica. Consolidado em 14/09/2015 em 180 parcelas, restando 129 parcelas a serem liquidadas, sendo as mesmas atualizadas pela SELIC.
- d) Parcelamento realizado em 25/08/2014 junto a Receita Federal referente à IRRF, PIS sobre folha de pagamento, e IRRF sobre alugueis. Consolidado em 14/09/2015 em 61 parcelas, restando 11 parcelas a serem liquidadas, sendo as mesmas atualizadas pela SELIC.

15. CONTINGÊNCIAS

No final do exercício de 2018, a Entidade possui provisão para contingências no montante de R\$118.500 (R\$0 em 2017) de discussões de natureza cível, conforme apresentado abaixo:

- a) O Convênio 847\2008 foi firmado com a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais – SES com o objeto de compra de roupas de cama para a Entidade. A prestação de contas foi analisada em 2018 e julgada improcedente por compras realizadas não pactuadas no convênio (cesta básica). A SES notificou a Entidade para a devolução de parte do valor conveniado. A Entidade entrou com pedido de reconsideração e aguarda resposta da SES. Conforme avaliação da administração existe probabilidade alta de devolução de recursos no montante de R\$38.5000
- b) O Convênio 558\2010 foi firmado com a Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais – SES para construção de um prédio de 12 andares, no valor de R\$2.000.000, localização da Casa Aura. O referido convênio foi firmado em junho de 2010 e teve o prazo de 01 ano. A prestação de contas apresentada no exercício de 2016 pela Entidade, vem sendo analisada pela Secretaria que está solicitando informações adicionais para ser complementada. A administração realizou estudo interno e estimou que poderá ter que devolver recursos para o Estado em montante não superior a 4% do valor recebido, motivo pelo qual optou-se pela provisão para fazer face às estimativas internas no montante de R\$80.000.

A Entidade apresenta não riscos de perdas possíveis de natureza cível, trabalhista e tributário.

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Patrimônio Social

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica “Superávit/Déficit acumulado”, enquanto não aprovados pela Assembleia Deliberativa e, após a sua aprovação, são transferidos para a conta de Patrimônio Social.

O patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 6.329.167, representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os resultados apurados foram, respectivamente, déficit de R\$ 241.760 e superávit de R\$ 298.652.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Essa rubrica representa a contrapartida do aumento da propriedade de investimento decorrente da atualização pelo valor justo do terreno e edificação.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Entidade realiza captação de recursos essencialmente através de doações sem finalidade específica de pessoas físicas e jurídicas. Estas doações são obtidas através das atividades de telemarketing, doações por meio de contas de energia, telefone, convênios e depósitos bancários realizados diretamente em contas bancárias da Associação.

Os saldos recebidos a título de doação, e que compõem a receita operacional da Associação em 2018 e 2017, são apresentados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contribuições de associados	7.600	1.200
Donativos recebidos de pessoas físicas sem fins específicos	3.097.140	3.225.397
Donativos recebidos de pessoas jurídica sem fins específicos	23.821	81.545
Secretaria do Estado Desenvolvimento Social - SEDESE	79.874	31.338
	<u>3.208.435</u>	<u>3.339.480</u>

18. CUSTOS DA OPERAÇÃO

Apresentamos a seguir a composição das despesas e dos custos por natureza:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Casa de apoio - Gastos com pessoal	619.497	930.536
Casa de apoio - Viagens e representações	4.518	18
Casa de apoio - Despesas operacionais	525.854	288.785
Telemarketing - Gastos com pessoal	693.229	417.245
Telemarketing - Despesas operacionais	94.852	123.783
	<u>1.937.950</u>	<u>1.760.367</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão demonstradas da seguinte forma:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas administrativas - Gastos com pessoal	787.135	509.264
Despesas administrativas - Aluguéis	8.109	71.565
Despesas administrativas - Operacionais	521.077	311.107
Despesas - Impostos, taxas e contribuições	5.395	11.879
	<u>1.321.716</u>	<u>903.815</u>

20. CUSTO DE ISENCAO USUFRUIDA

Para atender os requisitos da legislação pertinente, os valores relativos às isenções previdenciárias usufruídas, como se devidas fossem, durante o exercício de 2018, sendo estes valores registrados e controlados em contas de resultado estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imunidade INSS - Cota Patronal	331.621	303.774
Imunidade INSS - Terceiros	96.170	87.181
Imunidade INSS - RAT	24.872	22.547
	<u>452.663</u>	<u>413.502</u>

21. PROJETOS DE ASSISTENCIA SOCIAL

Benefícios – Assistência Social

No atendimento ao dispositivo no artigo 18 da Lei 12.101/09, a entidade até 31 de dezembro de 2018, através dos seus projetos, concedeu em alimentação, remédios, salários, encargos sociais, água, energia elétrica e outros, um total de R\$ 833.502. (Oitocentos e trinta e três mil quinhentos e dois reais).

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesa - Pessoal Casa de apoio	538.907	824.538
Despesa - Encargos s\folha de pagamento	80.590	105.997
Despesas - Alimentação	60.766	67.177
Despesas - Farmácia	24.957	16.712
Despesas - Telefone	10.234	6.988
Despesas - Manutenções	9.497	11.477
Despesas - Seguros	12.603	10.494
Despesas - Serviços de terceiros	40.083	45.727
Despesas - Materiais de consumo	19.302	22.810
Despesas - Aluguéis	4.264	48.055
Despesas - Conduções e transportes	4.518	10.650
Despesas - Combustíveis	12.936	13.384
Despesas - Uniformes	967	5.879
Despesas - Energia elétrica e água	47.592	14.122
Despesas - Cursos e congressos	44	13.543
Despesas - Outros	16.191	1.785
	<u>883.451</u>	<u>1.219.338</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía instrumentos financeiros representados substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a pagar e empréstimos. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se do valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações dos juros atualizados até a data do balanço.

23. SEGUROS – NÃO AUDITADO

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir 100% de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

24. FILANTROPIA

A entidade Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA obteve deferimento da renovação de seu Certificado de Instituição Beneficente de Assistência Social, publicado no Diário Oficial da União nº 145, em 30 de julho de 2018 com vigência de 24 de janeiro de 2019 à 23 de janeiro de 2022.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Entidade não detém eventos subsequentes a serem divulgados.

* * *